

APÓS QUATRO RODADAS, FENABAN AINDA NÃO APRESENTA PROPOSTAS CONCRETAS



As quatro primeiras rodadas de negociação da Campanha Salarial dos Bancários de 2026 deixaram evidente que a categoria terá pela frente uma negociação difícil.

Desde o início das reuniões, a representação dos trabalhadores apresentou propostas para proteger os empregos, preservar os direitos da Convenção Coletiva de Trabalho e enfrentar os efeitos das profundas transformações que vêm ocorrendo no sistema financeiro. No entanto, até agora, a Fenaban tem resistido às principais reivindicações e evitado apresentar propostas concretas. **Na primeira rodada**, realizada em 2 de julho, o debate concentrou-se na defesa do emprego e nas condições de trabalho. As entidades sindicais manifestaram preocupação com a redução de agências e postos de trabalho, o avanço da terceirização e as consequências da digitalização dos serviços bancários. A modernização do setor não pode servir de justificativa para demissões, retirada de direitos ou abandono do atendimento presencial. Também foram discutidos o teletrabalho, o direito à desconexão, a segurança bancária e a manutenção das conquistas já previstas na Convenção Coletiva. A Fenaban, porém, recusou-se a garantir a continuidade das cláusulas após o término da vigência do atual acordo. A postura dos bancos tornou-se ainda mais preocupante **na segunda rodada**. Dados apresentados pelo movimento sindical mostram que, entre 2015 e maio de 2026, o setor bancário eliminou cerca de 93 mil postos de trabalho e fechou aproximadamente 9,5 mil agências. Mesmo diante dos lucros elevados das instituições financeiras, a Fenaban rejeitou os pedidos de suspensão das demissões e do fechamento de unidades durante a campanha, além de negar estabilidade



provisória à categoria e indenização adicional nos desligamentos. Também permaneceram em debate o combate às terceirizações, o retorno das homologações aos sindicatos, o trabalho híbrido e a necessidade de qualificação dos trabalhadores diante das mudanças tecnológicas. **A terceira rodada** foi dedicada principalmente à saúde, à igualdade de oportunidades, à diversidade e ao combate às discriminações. O movimento sindical cobrou medidas efetivas para reduzir as diferenças salariais e ampliar a presença de mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência nos cargos de liderança e nas áreas de tecnologia. As mulheres ainda recebem, em média, remuneração inferior à dos homens, e essa desigualdade torna-se ainda maior quando analisada sob o recorte racial. Também foram reivindicados protocolos nacionais contra o racismo e outras formas de discriminação, proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e jornadas especiais para trabalhadores com filhos com deficiência. A Fenaban sinalizou a possibilidade de aprofundar alguns debates, mas

não apresentou compromissos concretos para grande parte das propostas. **Na quarta rodada**, realizada em 21 de julho, a Fenaban voltou a adiar respostas. Foram discutidas 41 cláusulas relacionadas ao combate ao assédio moral e sexual, à proteção das mulheres, à formação profissional, às novas tecnologias, à inteligência artificial, às relações sindicais e à saúde dos trabalhadores. Os representantes dos bancários denunciaram que as metas abusivas, a sobrecarga, as reestruturações permanentes e o medo das demissões estão provocando um grave processo de adoecimento. Na Consulta Nacional de 2026, 73% dos participantes afirmaram que o ambiente bancário prejudica sua saúde mental, enquanto 40% disseram ter utilizado medicamentos controlados no último ano. A Fenaban chegou a ameaçar a unidade da mesa nacional de negociação, sugerindo a separação das discussões dos bancos públicos e privados. Essa tentativa representa um grave retrocesso, pois a mesa única foi fundamental, ao longo das últimas décadas, para garantir uma Convenção Coletiva válida para toda a categoria. **VBLF**



Negociações específicas da Caixa avançam, mas principais reivindicações seguem em aberto



As três primeiras rodadas de negociação específica entre a representação dos empregados e a Caixa Econômica Federal confirmaram quais serão os principais desafios da Campanha Salarial 2026. Embora os debates tenham avançado em diversas pautas, o banco ainda não apresentou respostas concretas para reivindicações consideradas essenciais pelos empregados.

Primeira rodada: o tema que concentra as maiores discussões continua sendo o Saúde Caixa. As entidades sindicais defendem o fim do teto de 6,5% da folha de

pagamento para o custeio do plano, a retomada da participação histórica de 70% da Caixa e 30% dos usuários, a garantia de direitos aos empregados admitidos após setembro de 2018 e a ampliação da rede credenciada. Os dados apresentados pelo próprio banco reforçam a preocupação com a sustentabilidade do plano e evidenciam a necessidade de uma solução definitiva para preservar um dos principais benefícios da categoria.

Segunda rodada: além da saúde, as negociações abordaram questões ligadas às condições de trabalho, como teletrabalho, substituição em cascata, saúde mental, fortalecimento das áreas de gestão de pessoas, acolhimento aos empregados afastados e combate ao excesso de metas. A representação dos trabalhadores também cobrou medidas para enfrentar o superendividamento dos empregados e maior transparência nas políticas internas do banco.

Na terceira rodada, ganharam destaque as reivindicações por um novo Plano de Cargos e Salários (PCS), um novo Plano de Funções Gratificadas (PFG) e critérios claros e transparentes para os Processos Seletivos Internos (PSIs). Também foram discutidos os impactos do modelo de atendimento digital, que tem aumentado a sobrecarga de trabalho e contribuído para o adoecimento dos empregados, além da necessidade de ampliar as políticas de diversidade, inclusão e igualdade de oportunidades.

Banco do Brasil debate valorização, saúde e melhores condições de trabalho



As três primeiras rodadas de negociação específica entre a CONTEC e o Banco do Brasil marcaram o início das discussões sobre as reivindicações dos funcionários para a Campanha Salarial 2026. Até o momento, os debates avançaram na apresentação das pautas da categoria, mas o banco ainda não trouxe respostas concretas para grande parte das reivindicações.

Na primeira rodada, a representação dos trabalhadores defendeu a renovação e o aperfeiçoamento dos acordos coletivos, o fortalecimento da negociação permanente,

a ampliação da sindicalização e, principalmente, a preservação do papel público do Banco do Brasil. A CONTEC reforçou que a valorização dos funcionários passa pela recomposição do quadro de pessoal, combate ao assédio moral, fortalecimento da rede de atendimento, investimentos na saúde física e mental dos empregados e na sustentabilidade da Cassi, além da defesa do banco como instrumento de desenvolvimento econômico e social do país.

Na segunda rodada, ganharam destaque propostas voltadas à qualidade de vida dos trabalhadores, como a criação de uma linha especial para renegociação das dívidas dos funcionários, destinada àqueles que enfrentam comprometimento elevado da renda. Também foram discutidas melhorias nas condições de trabalho e medidas de proteção aos empregados.

Já na terceira rodada, a CONTEC voltou a cobrar soluções para reivindicações antigas relacionadas à saúde, segurança, combate ao assédio moral e sexual, igualdade de direitos e proteção aos empregados oriundos de instituições incorporadas pelo Banco do Brasil. A entidade destacou que parte dessas demandas permanece sem solução há muitos anos e cobrou maior agilidade do banco nas respostas. Entre os poucos avanços sinalizados está o compromisso de fornecer informações de assiduidade aos dirigentes sindicais, facilitando o acompanhamento e a defesa dos trabalhadores.

O Sindicato dos Bancários de Joinville segue acompanhando todas as etapas da negociação e reforça que a mobilização dos funcionários será fundamental para garantir avanços concretos. A expectativa é que as próximas rodadas tragam respostas efetivas às reivindicações da categoria e assegurem melhores condições de trabalho, valorização profissional e preservação dos direitos dos empregados do Banco do Brasil.